

Na Presidência da República

No dia 15 de março de 1967 Costa e Silva e Pedro Aleixo foram empossados. Na ocasião o presidente prometeu “governar para o povo”, “respeitar o Legislativo”, “multiplicar as oportunidades de educação” e “reatar os entendimentos com a classe trabalhadora”.

Logo após a posse, Costa e Silva anunciou o seu ministério, composto por oito oficiais da ativa, dois da reserva, seis técnicos civis e três políticos. Segundo o cientista social suíço Georges-André Fiechter, os auxiliares do novo presidente poderiam ser caracterizados como um representante da direita (o almirante Augusto Rademaker, ministro da Marinha), um membro da “Sorbonne”, nome com que ficou conhecida a Escola Superior de Guerra ESG (o general Aurélio de Lira Tavares, ministro do Exército), quatro pilares da “linha dura” (o general Emílio Garrastazu Médici, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), o marechal-do-ar Márcio de Sousa e Melo, ministro da Aeronáutica, o coronel José Costa Cavalcanti, ministro das Minas e Energia e o general Jaime Portela, chefe do Gabinete Militar), um ambivalente (o general Afonso de Albuquerque Lima, ministro do Interior), um técnico e hábil político (o general Edmundo de Macedo Soares, ministro da Indústria e do Comércio) e um “protótipo do gerente fardado” (o coronel Mário Andreazza, ministro dos Transportes). Dentre os civis, o ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva foi caracterizado pelo estudioso como um “militar à paisana”. Para o Ministério das Relações Exteriores foi nomeado Magalhães Pinto, para o da Agricultura, Ivo Arzua, para o da Educação e Cultura, Tarso Dutra, para o do Trabalho, o coronel Jarbas Passarinho, para o da Saúde, Leonel Miranda, para o das Comunicações, Carlos Simas e para o Gabinete Civil da Presidência da República, Rondon Pacheco.

Para a condução da política econômica foram nomeados Antônio Delfim Neto, ministro da Fazenda, e Hélio Beltrão, do Planejamento. No ato de sua posse, o novo ministro da Fazenda anunciou como meta estratégica a aceleração do desenvolvimento econômico do país, em combinação com o combate ao processo inflacionário. Três meses depois, em junho, o ministro do Planejamento anunciou oficialmente o programa de desenvolvimento do governo Costa e Silva — Programa Estratégico do Desenvolvimento —, que se propunha, entre outras metas, a solucionar os problemas relacionados com a estrutura e o financiamento da comercialização de alimentos e a eliminar os principais pontos de estrangulamento da infra-estrutura, da produção industrial e do mercado interno.

No setor educacional, o projeto de transformação progressiva do ensino público em pago, prenunciado pela introdução da taxa de matrícula nas universidades, acirrou conflitos já existentes com a área acadêmica. Além disso, a reivindicação de ampliação das verbas e vagas nas universidades mobilizava os estudantes, ocasionando conflitos de rua com as forças policiais. O clima de insatisfação tendeu a se generalizar no segundo ano do governo de Costa e Silva, quando os protestos públicos passaram a abranger setores cada vez mais amplos da sociedade. Enquanto intelectuais, estudantes e clérigos lideravam passeatas contra as restrições, às liberdades públicas e à política salarial, algumas greves operárias começaram a eclodir.

Também nas forças armadas registrava-se a instabilidade política, refletindo antigas divergências não superadas. Um artigo do marechal Mário Poppe de Figueiredo — “Revolução e desenvolvimento” — publicado no Jornal do Brasil levou o presidente a

reforçar a disciplina militar para impedir manifestações públicas de oficiais da reserva. Por outro lado, denúncias sobre violências contra presos políticos, cometidas em órgãos policiais e militares, ganhavam corpo e eram veiculadas na imprensa nacional e internacional, o que levou o ministro do Interior, general Albuquerque Lima, a emitir nota oficial acusando-a de “sensacionalismo na divulgação das notícias”.

Uma ponderável parcela dos estudantes universitários do país se mobilizava exigindo uma efetiva reforma do ensino. Seu movimento chegaria ao auge em março de 1968, quando estudantes cariocas promoveram uma passeata contra o aumento do preço das refeições do restaurante do Calabouço e a intervenção da Polícia Militar resultou na morte do estudante Edson Luís de Lima Souto. Em resposta, foi decretada uma greve estudantil nacional, enquanto no Rio de Janeiro as forças policiais eram postas de prontidão. O corpo do estudante foi velado na Assembleia Legislativa da Guanabara, de onde partiu o cortejo fúnebre acompanhado por cerca de 50 mil pessoas.

O cerrado ataque desferido desde o início do ano pelo ex-governador Carlos Lacerda contra a política salarial do governo, o militarismo e o suposto envolvimento de militares em atos de corrupção fizeram com que, em abril de 1968, o ministro da Justiça proibisse as atividades da Frente Ampla. No mês seguinte, em nova intervenção de Gama e Silva, agora motivada por violentos conflitos ocorridos em São Paulo, foram proibidas quaisquer manifestações de rua no país.

O projeto governamental de transformar as universidades em fundações provocou, em junho, novas greves na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), levando o I Exército a entrar em rigorosa prontidão e a determinar a prisão de vários estudantes. Em fins de junho, estudantes e professores lideraram uma passeata gigantesca realizada com a permissão do governador Negrão de Lima, que ficaria conhecida como a Passeata dos Cem Mil. Alguns dias depois, Costa e Silva recebeu uma comissão de representantes escolhidos na passeata, que reivindicou a reabertura do restaurante do Calabouço — fechado desde a morte de Edson Luís —, o fim da repressão policial e da censura às artes. O presidente, contudo, não atendeu às reivindicações. Na seqüência dessa crise, a Universidade de Brasília foi invadida em agosto, sendo presos estudantes e professores.

Nos primeiros dias de setembro, a situação política do país se agravou. Discursando na Câmara Federal, o deputado Márcio Moreira Alves (MDB-GB) denunciou as violências praticadas contra os estudantes, responsabilizando os militares pelas ocorrências. Como forma de protesto, o parlamentar conclamou a população a não comparecer às comemorações do Dia da Independência. Esse pronunciamento desencadeou reações entre os militares, que o consideraram ofensivo às forças armadas. Alguns dias depois, o procurador-geral da República, Décio Miranda, enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) um pedido de cassação dos direitos políticos de Moreira Alves, instruído pelo parecer do ministro da Justiça, que pedia o enquadramento do deputado opositor no artigo 151 da Constituição, por ter feito “uso abusivo do direito de livre manifestação e pensamento” e por “injúria e difamação das forças armadas com intenção de combater o regime vigente e a ordem democrática instituída pela atual Constituição”.

Reunido como Alto Comando militar nesse mesmo mês, Costa e Silva declarou em seguida que acataria as decisões dos poderes Legislativo e Judiciário no caso do processo de Moreira Alves. A Câmara dos Deputados, porém, apresentava sérias resistências em conceder às autoridades militares a licença necessária para processá-lo, considerada por Costa e Silva, em encontros com líderes da Arena, como de vital importância para a manutenção do regime e das instituições.

Após tramitar pela comissão competente, o pedido foi rejeitado na Câmara dos Deputados no dia 13 de dezembro de 1968, por uma diferença de 75 votos, conseguindo a posição governamental vitórias apenas nas bancadas baiana e capixaba.

Imediatamente, Costa e Silva reuniu-se com os ministros militares e comandantes de exércitos, colocando em prontidão as forças armadas e a Polícia Federal. Através do

Conselho Nacional de Telecomunicações, as emissoras de rádio e televisão foram proibidas de divulgar informações do processo de Moreira Alves e, ainda nesse dia, Costa e Silva baixou o AI-5 decretando, entre outras medidas, a suspensão das garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade da magistratura, a suspensão do habeas-corpus e a atribuição do presidente do poder de intervir nos estados e municípios, cassar mandatos, suspender direitos políticos por dez anos, confiscar bens adquiridos ilicitamente no exercício de função pública, decretar o estado de sítio sem anuência do Congresso, promulgar decretos-leis e atos complementares e demitir ou reformar oficiais das forças armadas e das polícias militares. Pelo Ato Complementar nº 38, foi decretado também o recesso do Congresso por tempo indeterminado.

Por força do AI-5 foram cassados os mandatos e suspensos os direitos políticos do deputado Márcio Moreira Alves e de diversos outros parlamentares, como o senador Mário Martins e os deputados Hermano Alves, Celso Passos, Edgar da Mata Machado e José Martins Rodrigues. Foram ainda suspensos por dez anos os direitos políticos do ex-governador Carlos Lacerda e de Niomar Muniz Sodré Bittencourt, proprietária do Correio da Manhã. Até mesmo o STF foi atingido, com a aposentadoria dos ministros Evandro Lins e Silva, Hermes Lima e Vítor Nunes Leal.

Em entrevista concedida em março de 1969, Costa e Silva justificaria a edição do AI-5, com base em críticas à Constituição de 1967: “Após pouco mais de um ano de sua aplicação, ela não se revelou um instrumento capaz de preservar a segurança interna, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do país. Daí a necessidade imperiosa em que se viu o presidente da República, no interesse da Nação, do povo e da Revolução, em editar o Ato Institucional nº 5.”

À edição do AI-5, seguiu-se o agravamento do quadro político nacional. Nos primeiros dias de 1969, dois senadores, 28 deputados federais, 38 deputados estaduais e um vereador tiveram cassados seus mandatos e suspensos os seus direitos políticos. Durante dois meses que se seguiram, cerca de 30 parlamentares tiveram cassados os seus mandatos e mais de cem pessoas tiveram os direitos políticos suspensos por dez anos, enquanto centenas de pessoas eram presas por motivos políticos. Foi, também nesse período, decretado o recesso nas assembleias legislativas dos estados da Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Sergipe. Até julho foram adotadas novas medidas de fortalecimento do Poder Executivo e de controle da oposição, como a alteração nos dispositivos da Lei de Segurança Nacional, que passou a estabelecer como delito a divulgação truncada de notícias e permitiu ao ministro da Justiça intervir nas empresas jornalísticas de radiodifusão e televisão. Por outro lado, organizações guerrilheiras de orientação esquerdista começaram a tentar deflagrar um processo de luta armada contra o regime praticando assaltos a bancos e atentados contra unidades militares.

No dia 26 de agosto de 1969, Costa e Silva anunciou à imprensa a conclusão da reforma constitucional elaborada pelo seu governo. O texto final, em fase de redação, deveria ser aprovado pelo Congresso, que para isso seria reaberto no mês seguinte. De acordo com o jornalista Carlos Chagas, assessor de imprensa da Presidência da República, Costa e Silva tentara, em vão, incluir na reforma o retorno às eleições diretas para os governos estaduais e a escolha do seu sucessor pelo Congresso. Ainda na tarde do dia 26 de agosto, Costa e Silva recebeu em audiência os ministros militares que lhe transmitiram as apreensões detectadas em suas áreas diante da hipótese de reabertura do Congresso. Segundo Carlos Chagas, o presidente encaminhou aos gabinetes Civil e Militar o texto final da reforma constitucional que lhe fora apresentado por Pedro Aleixo, mas o coronel encarregado da coordenação das sugestões do Conselho de Segurança Nacional teria comunicado ao general Jaime Portela, chefe do Gabinete Militar da Presidência, que o documento continha 37 omissões, devendo, portanto, ser revisto.

Antes, no entanto, que se chegasse a um acordo definitivo em relação ao texto constitucional, Costa e Silva apresentou sinais de doença. No dia 27, ao receber o governador de Goiás, Otávio Laje, o presidente teve dificuldades para acompanhar a conversa. No dia seguinte suas audiências foram canceladas e a imprensa noticiou que Costa e Silva fora acometido de forte gripe. Os médicos, contudo, já suspeitavam tratar-se de trombose. De acordo com Carlos Chagas, o estado real do presidente foi comunicado aos ministros militares, mas não ao vice-presidente Pedro Aleixo.

Caracterizada a doença de Costa e Silva como trombose, os ministros militares assumiram o governo em caráter temporário, como junta militar, alijando Pedro Aleixo do processo sucessório legal. Através da edição do AI-12, no dia 31 de agosto os ministros militares legitimaram sua atitude, invocando a vigência do AI-5 e a necessidade de dar continuidade à administração de Costa e Silva durante o seu impedimento. Alguns dias depois, o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick foi sequestrado por organizações esquerdistas, levando a junta militar a baixar no dia 9 de setembro o AI-14, instituindo as penas de morte e de prisão perpétua para os casos de “guerra psicológica adversa” e de “guerra revolucionária ou subversiva”, definidos pela Lei de Segurança Nacional.

No dia 8 de outubro, a junta militar anunciou a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a sucessão de Costa e Silva e, segundo Carlos Chagas, o presidente enfermo aprovou essa decisão. Pelo AI-16, editado seis dias depois, a junta militar declarou vagos os cargos de presidente e vice-presidente da República, alegando que Costa e Silva poderia ter o estado de saúde agravado caso retornasse às funções presidenciais e que era seu desejo ser substituído. A eleição do novo presidente foi marcada para o dia 25 de outubro e, reaberto, o Congresso ratificou a indicação da junta militar, tornando-se o general Emílio Médici e o almirante Augusto Rademaker, respectivamente, presidente e vice-presidente da República.

Economia e administração

Entre 21 de novembro de 1966 e 14 de março de 1967, véspera da entrada em vigor da Constituição de 1967, Castelo Branco baixou 253 decretos-leis. Alguns entraram imediatamente em vigor, mas muitos deles só teriam vigência a partir de 15 de março de 1967. Entre estes últimos estava o Decreto-Lei nº 200 de fevereiro de 1967, que instituiu a reforma administrativa, a unificação dos institutos de previdência, a implantação da reforma tributária e a aplicação, pela primeira vez, do orçamento plurianual, que era uma forma de garantia prévia de investimentos para programas setoriais do governo. Outras importantes medidas tomadas nessa área, ainda no primeiro trimestre de 1967, seriam a regulamentação do Decreto-Lei nº 157, destinado a incrementar a capitalização das empresas privadas mediante investimentos dedutíveis do imposto de renda; a redução das taxas de juros de 36% para 24% ao ano e a determinação às instituições financeiras para que destinassem no mínimo 50% de suas operações de crédito a pessoas e firmas com sede no país e cujo capital majoritário estivesse em mãos de brasileiros.

Em dezembro de 1967 o governo Costa e Silva criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e converteu em Fundação Nacional do Índio (Funai) o antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) do Ministério da Agricultura. Em agosto de 1968 foi criada a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), com a finalidade de desenvolver no país a indústria de material aeronáutico, incluindo a fabricação de unidades de voo e instrumentos sofisticados de controle e segurança das aeronaves. Ainda de acordo com as diretrizes do Programa Estratégico para o Desenvolvimento no sentido de melhorar o funcionamento dos canais burocráticos federais, o governo transformou o antigo Departamento de Correios e Telégrafos em órgão de administração indireta, criando a

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, vinculada ao Ministério das Comunicações. Finalmente, em agosto de 1969, foi criada a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM), inserida na estrutura do Ministério das Minas e Energia, para, mediante encomenda do setor privado ou por iniciativa do próprio governo, explorar as riquezas no subsolo nacional.

Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o quadro inflacionário brasileiro ao início do governo Costa e Silva, tomando como base o ano de 1966, apresentava um índice de 38,8%. No ano seguinte, a inflação baixou para 24,3%, elevando-se a 25,4% em 1968, para declinar novamente em 1969, quando chegou a 20,2%.

A política salarial do governo Costa e Silva preservou seu caráter contencionista — ou de “arrocho”, como acusava a oposição — impresso já na gestão de Castelo Branco. A aplicação da política salarial ocasionou três movimentos grevistas importantes durante o ano de 1968: o primeiro em abril, envolvendo os metalúrgicos do município de Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte; o segundo em julho, em Osasco (SP), e o terceiro na área rural da cidade do Cabo (PE), durante o mês de outubro. Ainda no campo da política salarial, duas medidas merecem registro: em dezembro de 1968 foram estabelecidas sanções para os empresários que sem motivo justo retivessem salários depois dos prazos previstos em lei e, em junho do ano seguinte, foi criado um abono de emergência com o objetivo de atenuar os efeitos do achatamento salarial.

Depois de deixar o governo e sem ter se recuperado da enfermidade que o acometeu, Costa e Silva morreu no Rio de Janeiro, no dia 17 de dezembro de 1969.

* Fragmento do verbete respectivo no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas

Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>